

行政長官辦公室 Gabinete do Chefe do Executivo

REGIÃO ADMINISTRATIVA ESPECIAL DE MACAU

Lei n.º /2016

(Proposta de lei)

Alteração ao Código Penal

A Assembleia Legislativa decreta, nos termos da alínea 1) do artigo 71.º da Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º Alteração ao Código Penal

Os artigos 157.°, 158.°, 159.°, 161.°, 166.°, 168.°, 171.° e 172.° do Código Penal, aprovado pelo Decreto-Lei n.° 58/95/M, de 14 de Novembro, e alterado pela Lei n.° 6/2001, pela Lei n.° 3/2006, pela Lei n.° 6/2008, pela Lei n.° 11/2009 e pela Lei n.° 2/2016, passam a ter a seguinte redacção:

«Artigo 157.° (Violação)

- 1. Quem, por meio de violência, ameaça grave ou depois de, para esse fim, a ter tornado inconsciente ou posto na impossibilidade de resistir, constranger outra pessoa a sofrer ou a praticar cópula, coito anal ou coito oral, é punido com pena de prisão de 3 a 12 anos.
- 2. Com a mesma pena é punido quem, nos termos previstos no número anterior, constranger outra pessoa a sofrer ou a praticar cópula, coito anal ou coito oral com terceiro.



行政長官辦公室 Gabinete do Chefe do Executivo

Artigo 158.° (Coacção sexual)

- 1. Quem, por meio de violência, ameaça grave ou depois de, para esse fim, a ter tornado inconsciente ou posto na impossibilidade de resistir, constranger outra pessoa a sofrer ou a praticar nela própria, com o agente ou com terceiro, acto sexual de relevo, é punido com pena de prisão de 2 a 8 anos.
- 2. Quem, nos termos previstos no número anterior, constranger outra pessoa a sofrer introdução vaginal ou anal de partes do seu próprio corpo, do agente ou de terceiro, ou objectos, é punido com pena de prisão de 3 a 12 anos.

Artigo 159.º

(Abuso sexual de pessoa incapaz de resistência)

1. [...].

2. Se a vítima sofrer ou praticar cópula, coito anal ou coito oral, ou sofrer introdução vaginal ou anal de partes do seu próprio corpo, do agente ou de terceiro, ou objectos, o agente é punido com pena de prisão de 2 a 10 anos.

Artigo 161.º

(Fraude sexual)

1. [...].

2. Se a vítima sofrer ou praticar cópula, coito anal ou coito oral, ou sofrer introdução vaginal ou anal de partes do seu próprio corpo, do agente ou de terceiro, ou objectos, o agente é punido com pena de prisão até 5 anos.



行政長官辦公室 Gabinete do Chefe do Executivo

Artigo 166.º

(Abuso sexual de crianças)

1. [...].

2. [...].

3. Quem:

- a) tiver cópula, coito anal ou coito oral com menor de 14 anos, ou o fizer sofrer introdução vaginal ou anal de partes do seu próprio corpo ou do agente, ou objectos, ou
- levar menor de 14 anos a ter cópula, coito anal ou coito oral com terceiro, ou a sofrer introdução vaginal ou anal de partes do corpo de terceiro ou objectos,

é punido com pena de prisão de 3 a 10 anos.

4. [...]:

- a) [...],
- actuar sobre menor de 14 anos por meio de conversa obscena ou de escrito, espectáculo ou objecto pornográficos,

é punido com pena de prisão até 3 anos.

5. [...].

Artigo 168.º

(Estupro)

Quem, abusando da inexperiência de menor entre 14 e 16 anos, tiver com ele cópula, coito anal ou coito oral, ou o fizer sofrer introdução vaginal ou anal de partes do seu próprio corpo ou do agente, ou objectos, é punido com pena de prisão até 4 anos.

Artigo 171.º

(Agravação)

1. As penas previstas nos artigos 157.º a 159.º e 161.º a 170.º-A são agravadas de um terço nos seus limites mínimo e máximo se a vítima:



行政長官辦公室 Gabinete do Chefe do Executivo

- a) [...];
- b) [...].
- 2. As penas previstas nos artigos 157.º a 161.º e 166.º a 169.º-A são agravadas de um terço nos seus limites mínimo e máximo se o agente for portador de doença sexualmente transmissível.
- 3. As penas previstas nos artigos 157.º a 162.º e 166.º a 169.º-A são agravadas de metade nos seus limites mínimo e máximo se dos comportamentos aí descritos resultar gravidez, ofensa grave à integridade física, síndroma de imuno-deficiência adquirida, suicídio ou morte da vítima.
- 4. As penas previstas nos artigos 157.°, 158.°, 162.° e 164.°-A são agravadas de um terço nos seus limites mínimo e máximo se a vítima for menor de 16 anos ou for pessoa incapaz ou diminuída por razão de doença, deficiência física ou psíquica.
- 5. As penas previstas nos artigos 157.º a 160.º e 166.º a 169.º-A são agravadas de um terço nos seus limites mínimo e máximo se a cópula, o coito anal, o coito oral, a introdução vaginal ou anal de partes do corpo ou objectos ou o acto sexual de relevo forem praticados, de forma simultânea ou sucessiva, por duas ou mais pessoas.
 - 6. [Anterior n.º 5].

Artigo 172.º

(Queixa)

- 1. O procedimento penal pelos crimes previstos nos artigos 161.º, 162.º e 164.º-A a 169.º depende de queixa, salvo quando deles resultar suicídio ou morte da vítima.
- 2. Nos casos previstos no número anterior e quando a vítima for menor de 16 anos, o Ministério Público dá início ao processo se especiais razões de interesse da vítima o impuserem.»



行政長官辦公室 Gabinete do Chefe do Executivo

Artigo 2.º

Aditamento ao Código Penal

São aditados ao Código Penal os artigos 164.º-A, 169.º-A e 170.º-A, com a seguinte redacção:

«Artigo 164.°-A

(Importunação sexual)

Quem fizer com que outra pessoa sofra ou realize, contra a sua vontade, consigo ou com terceiro, contacto físico de natureza sexual, é punido com pena de prisão até 1 ano ou com pena de multa até 120 dias, se pena mais grave lhe não couber por força de outra disposição legal.

Artigo 169.º-A (Recurso à prostituição de menor)

- 1. Quem praticar acto sexual de relevo com menor entre 14 e 18 anos, mediante pagamento ou outra contrapartida, é punido com pena de prisão até 3 anos.
- 2. Se, nos termos previstos no número anterior, o agente tiver cópula, coito anal ou coito oral com menor entre 14 e 18 anos ou o fizer sofrer introdução vaginal ou anal de partes do seu próprio corpo ou do agente, ou objectos, é punido com pena de prisão até 4 anos.
 - 3. A tentativa é punível.

Artigo 170.º-A

(Pornografia de menor)

- 1. Quem:
 - a) utilizar menor em espectáculo pornográfico ou o aliciar para esse fim,



行政長官辦公室 Gabinete do Chefe do Executivo

- b) utilizar menor em fotografia, filme ou gravação pornográficos, independentemente do seu suporte, ou o aliciar para esse fim,
- produzir, distribuir, importar, exportar, divulgar, exibir ou ceder, a qualquer título ou por qualquer meio, os materiais previstos na alínea anterior, ou
- adquirir ou detiver materiais previstos na alínea b) com o propósito de os distribuir, importar, exportar, divulgar, exibir ou ceder,

é punido com pena de prisão de 1 a 5 anos.

2. Quem praticar os actos descritos no número anterior como modo de vida ou com intenção lucrativa é punido com pena de prisão de 1 a 8 anos.»

Artigo 3.º

Alteração à Lei n.º 6/97/M, de 30 de Julho (Lei da Criminalidade Organizada)

O artigo 1.º da Lei n.º 6/97/M, de 30 de Julho, alterada pela Lei n.º 2/2006, pela Lei n.º 6/2008 e pela Lei n.º 9/2013, passa a ter a seguinte redacção:

«Artigo 1.º

(Definição de associação ou sociedade secreta)

- 1. [...]:
 - a) [...];
 - b) [...];
 - c) [...];
 - d) Exploração de prostituição, lenocínio, lenocínio de menor e pornografia de menor;
 - e) [...];
 - f) [...];
 - g) [...];
 - h) [...];
 - i) [...];



行政長官辦公室 Gabinete do Chefe do Executivo

j)	[];
l)	[];
m)	[];
n)	[];
o)	[];
p)	[];
q)	[];
r)	[];
s)	[];

t) [...];

u) [...];

v) [...].

2. [...].»

Artigo 4.º

Entrada em vigor

A presente lei ent	ra em vigor no	dia	de	de 201
Aprovada em	de	de 201	··· ·	
O Presidente da Assembleia Legislativa, _			egislativa,	Ho Iat Seng
Assinada em Publique-se.	de	de 201.		

7

O Chefe do Executivo, ____

1.ª versão enviada à AL

Chui Sai On